

EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é um periódico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.ser.ufupr.br/rcc.

A RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria é direcionada a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas. A sua missão é difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Consequentemente, o objetivo do periódico é publicar e difundir pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil.

O periódico publica contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos socioeconômicos e empresariais, nas áreas pública, privada e do terceiro setor. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área.

Neste número, são apresentados oito trabalhos inéditos de diversas áreas, tais como ensino, hedge accounting, risco, contabilidade pública, contabilidade tributária, dentre outras, com autores das mais diversas instituições brasileiras, bem como um trabalho de autoria portuguesa.

No primeiro trabalho, Carolina Siebra Bezerra, Alessandra Vasconcelos Gallon e Márcia Martins Mendes De Luca analisam as características da divulgação das informações e os efeitos

econômicos decorrentes do reconhecimento da redução ao valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis de 2008 e 2009 das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&FBovespa à luz do CPC 01. Os resultados demonstram que: (i) a maioria das empresas avaliou indícios de perda nos seus ativos, mas não registrou perda por impairment, notadamente as do subsetor de energia elétrica, que apresenta regulamentação específica; e (ii) o nível de atendimento dos itens de divulgação do CPC 01 pelas empresas foi relativamente baixo, mesmo naquelas em que a perda foi significativa. Quanto aos efeitos econômicos, constatou-se uma variação negativa da rentabilidade, apontando para a importância do teste de impairment para uma adequada avaliação econômico-financeira de empresas.

No segundo texto, Jaqueline Kuhn, Lúcio de Souza Machado e Michele Rílany Rodrigues Machado avaliam o nível de conhecimento desses docentes de contabilidade acerca das normas internacionais de contabilidade. Os resultados mostraram que a média de conhecimento dos professores da Grande Goiânia para os CPCs da Parte 1 é de 6,54, da Parte 2 é de 5,00, e da Parte 3 é de 4,79. A média de conhecimento relativa a todos os CPCs usados na pesquisa é 5,46. Concluiu-se que o nível conhecimento é baixo e que os professores não estão atualizados em relação às IFRS, considerando que a convergência total no Brasil ocorreu em 2010.

Na sequência Livia Vilar Lemos, Umbelina Cravo Teixeira Lagioia, Josete Florêncio Santos, Jeronymo José Libonati e Lucivaldo Lourenço da Silva Filho identificam se os investidores da cidade do Recife, do mercado de ações, possuem interesse em critérios não financeiros ao tomarem decisões de investimento. Os resultados mostram que as assertivas voltadas para a sustentabilidade tiveram o maior peso dentro do fator 1, e este foi denominado de “Aspectos Positivos de Sustentabilidade e dos Critérios Financeiros”. Além disso, estas assertivas foram mais relevantes do que as financeiras, em virtude de possuírem as maiores cargas fatoriais e desta forma estavam nas primeiras posições na ordem de distribuição das assertivas dispostas neste fator. Este resultado confirmou a hipótese avaliada de que os investidores da cidade do Recife se interessaram pelas características não financeiras dos investimentos, representadas por ações de responsabilidade social corporativa.

No quarto artigo, Elenilton Rüdiger Johann, Luiz Carlos Duclós, Michael William Citadin e Wesley Vieira da Silva discutem e avaliam por meio de verificações se o uso de métricas do valor do cliente nos reportes financeiros suporta mais efetivamente as decisões dos proprietários e gestores das empresas. O Estudo de caso obteve como resultado que o

reporte de métricas do cliente suporta mais efetivamente as decisões dos proprietários e gestores das empresas, pois gera informações claras da movimentação ocorrida no valor do cliente e uma previsibilidade desta movimentação, aumentando a confiabilidade de todos os atores envolvidos no processo decisório da empresa e fundamentalmente para sócios investidores.

Na sequência, Vanuza da Silva Figueiredo e Waldir Jorge Ladeira dos Santos realizam uma análise crítica sobre as propostas elaboradas pelos participantes da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial) no seu eixo 1. Por meio da análise das propostas priorizadas na última etapa da 1ª Consocial, observou-se a necessidade de uma maior divulgação das informações referente à administração pública, à exteriorização das competências dos instrumentos de participação social e à capacitação do cidadão para o exercício da participação social. Algumas falhas foram detectadas na formulação das propostas, como o desconhecimento dos participantes a respeito das leis existentes sobre transparência e das atribuições das ferramentas de participação social.

No sexto artigo, Antonio Carlos Campodonio Eloy Junior, Sandro Vieira Soares e Maria Denize Henrique Casagrande identificam o “estado da arte” da Contabilidade Tributária, segundo as pesquisas apresentadas nos periódicos e eventos de Contabilidade no Brasil. De um total de 14.473 artigos, publicados em eventos; e 2.395, publicados em periódicos, levantou-se, ao todo, uma amostra de 200 artigos de Contabilidade Tributária, sendo 156 oriundos de eventos científicos e 44 de periódicos. Desse total, a área de Contabilidade Tributária representou cerca de 1% das publicações desses eventos e periódicos analisados. O padrão Lotka, observado nos artigos, revelou que em torno de 78,5% dos autores publicaram um artigo apenas. Os três autores mais prolíficos foram: Luiz Antônio Abrantes, com 17 publicações; Mauro Fernando Gallo, com 10 publicações; e Carlos Alberto Pereira, com 09 publicações.

Na sequência, Wendel Alex Castro Silva, Maria Cristina de Oliveira Gomes e Elisson Alberto Tavares Araújo identificam quais são os fatores do sistema de controles internos (SCI) que influenciam na eficiência da gestão pública do CEFET/MG, na percepção dos seus gestores e servidores públicos, a partir do modelo de COSO (1997). Percebeu-se que o tempo de trabalho na Instituição e na função influencia a avaliação dos agentes acerca dessa eficiência e aqueles mais novos avaliaram-na melhor. Entretanto, os agentes com mais de 20 anos na função avaliaram melhor o construto de Risco. Os agentes com menos de um ano de trabalho analisaram mais negativamente a Atividade de Controle do Centro. Assim, a ótica dos agentes

sofre impacto do tempo em que já trabalham na Instituição. Concluiu-se que o SCI é considerado eficiente e que modelo de COSO pode ser ajustado a essas organizações.

No último texto, Maria Clara Cavalcante Bugarim, Lúcia Lima Rodrigues, Joaquim Carlos da Costa Pinho e Diego de Queiroz Machado analisam o desempenho dos participantes nas diversas edições do exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), realizadas entre os anos de 2000 a 2004 e 2011 a 2012. Os resultados apresentaram um decréscimo significativo nos níveis de aprovação no exame do CFC, passando de 83,52% na sua primeira edição em 2000 para apenas 23,78% de aprovação em 2012. Desta forma, pode-se considerar que os ensejos de que a exigência do exame de suficiência impulsionasse as instituições de ensino em vistas da melhoria na qualidade de seus cursos não se realizaram.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin

Editor